



## AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA

### Autor(res)

Stênio Ribeiro De Oliveira  
Rodrigo Augusto Batalha Alves  
Pedro Henrique Souza Mattos Lima  
Eliane De Pontes Guedes Nunes

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA ASA NORTE

### Introdução

Tutelar é proteger e zelar. Em um Estado de Direito, isso costuma ocorrer pela via jurisdicional. Aqui, porém, trata-se da autotutela: quando a lei a confere, dispensa-se a intervenção judicial prévia, permitindo que a Administração restaure a legalidade e ajuste seus atos ao interesse público.

A autotutela é poder-dever: anular atos ilegais (efeito, em regra, *ex tunc*) e revogar atos inconvenientes ou inoportunos (efeito *ex nunc*), sempre sujeita a controle judicial. Realiza legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, mas é balizada pela segurança jurídica e pela confiança legítima: exige motivação adequada, devido processo quando houver efeitos favoráveis e respeito à decadência quinquenal (art. 54). Seu fundamento imediato está nas Súmulas 346 e 473 do STF e nos arts. 53 a 55 da Lei 9.784/1999. Ademais, não se confunde com o instituto da autoexecutoriedade

### Objetivo

Demonstrar os principais aspectos da autotutela no Brasil, trazendo seu conceito, nuances e como a legislação a aplica no mundo jurídico. Nesse sentido, buscou-se identificar sua gênese, bem como seus fundamentos legais e doutrinários.

### Material e Métodos

**Materiais.** Fontes primárias: CF/88 (art. 37, caput; art. 74); Lei 9.784/1999 (arts. 53–55); DL 200/1967 (supervisão/controle finalístico). Precedentes/enunciados: STF – Súmulas 346 e 473, SV 3, RE 594.296 (Tema 138), RE 636.553 (Tema 445), ADI 6019; STJ – “Jurisprudência em Teses” (Processo Administrativo, art. 54). Doutrina: Di Pietro; Bandeira de Mello; Mazza.

**Métodos.** Problema: fundamentos, limites e efeitos da autotutela. Escopo: validade (anulação) e mérito (revogação), distinguindo-a de autoexecutoriedade e controle finalístico. Estratégia: pesquisa qualitativa, dogmático-analítica; levantamento documental das normas; mapeamento jurisprudencial; confronto doutrinário. Técnica: hermenêutica sistemática (constitucional, legal e jurisprudencial). Recorte: jurisprudência consolidada até a redação. Limitações: foco federal/ STF; sem análise empírica.

### Resultados e Discussão



A jurisprudência brasileira delineou com nitidez o instituto da autotutela administrativa. O ponto de partida é a Súmula 473 do STF, que consagra o poder-dever de a Administração anular seus próprios atos quando ilegais e revogá-los quando inconvenientes ou inoportunos (mérito), respeitados direitos adquiridos e sempre sujeita ao controle judicial. Em paralelo, a Súmula 346 do STF reconhece que a Administração pode declarar a nulidade de seus atos, reforçando o núcleo de juridicidade do instituto.

No plano infraconstitucional, a Lei nº 9.784/1999 positiva e procedimentaliza a autotutela: o art. 53 impõe o dever de anular atos ilegais e admite a revogação por conveniência e oportunidade; o art. 54 estabelece a decadência quinquenal para a anulação de atos de que decorram efeitos favoráveis (salvo má-fé); e o art. 55 autoriza a convalidação de vícios sanáveis (como competência não exclusiva e forma não essencial), desde que não haja lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

### **Conclusão**

A análise empreendida permite afirmar que a autotutela administrativa, longe de ser faculdade discricionária ampla, constitui poder-dever de correção interna dos atos administrativos, com assento normativo sólido (Súmulas 346 e 473 do STF e arts. 53 a 55 da Lei 9.784/1999) e finalidade instrumental: recompor a juridicidade e otimizar a tutela do interesse público primário. A Administração deve anular atos ilegais (efeito, em regra, ex tunc) e revogar atos inconvenientes ou inoportunos (efeito ex

### **Referências**

- BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 1 fev. 1999.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Arts. 70 a 74 (controle e sistemas de controle interno).
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 346. Brasília, DF: STF, s.d.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 473. Brasília, DF: STF, s.d.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 38ª. ed. São Paulo: Fórum, 2025. pág. 124 - 156.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- MAZZA, Alexandre. Curso de Direito Administrativo. 15ª Edição. São Paulo : Saraiva Jur, 2025. pág. 102